



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. X (2009)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

### ***Índios, Jesuítas, Bandeirantes: o uso das plantas medicinais no Brasil colonial (séculos XVI e XVII)***

Cristina B.F.M. Gurgel , Rachel Lewinsohn

---

#### **Como Citar | How to Cite**

Gurgel, Cristina B.F.M. 2009. «Índios, Jesuítas, Bandeirantes: o uso das plantas medicinais no Brasil colonial (séculos XVI e XVII)». *Anais de História de Além-Mar* X: 113-127.  
<https://doi.org/10.57759/aham2009.37330>.

#### **Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.<sup>a</sup> de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

#### **Copyright**

© O(s) Autor(es), 2009. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2009. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

## ÍNDIOS, JESUÍTAS, BANDEIRANTES: O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS NO BRASIL COLONIAL (SÉCULOS XVI E XVII)

por

CRISTINA B. F. M. GURGEL \*

RACHEL LEWINSOHN \*\*

### Introdução

Desde o aparecimento da vida animal na terra, três atributos foram essenciais e de igual importância para a sobrevivência das espécies: a capacidade dos indivíduos de se prover de alimento, de combater mazelas e achaques, e de combater ou se proteger de predadores. Milhões de anos antes do início da história, nossos ancestrais primatas, guiados por seu instinto animal, foram capazes de identificar plantas comestíveis, e, como outros animais, souberam reconhecer plantas que podiam ajudar, por exemplo, a aliviar distúrbios alimentares<sup>1,2</sup>. Contudo, o curso da evolução trouxe alterações radicais do *habitat* e *modus vivendi* dos animais, suscitando novas contingências cujo enfrentamento exigia mais que o mero instinto. *Homo*, em consequência da transformação do seu estilo de vida – passando de herbívoro-frugívoro a onívoro, de colhedor a caçador; – teve que enfrentar acidentes, moléstias e outras perturbações corporais. Para arcar com esses novos desafios, precisou atingir um estágio mínimo de evolução *cultural* em conjunto com seu avanço na escala evolutiva *biológica*, estágio este que o capacitou a somar sua experiência consciente ao seu instinto animal. Assim,

---

\* Professora de Medicina Interna. Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

\*\* Professora Colaboradora Voluntária. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

<sup>1</sup> M. A. HUFFMAN e M. SEIFU, «Observations on the illness and consumption of a possibly medicinal plant *V. amygdalina*, by a wild chimpanzee in Tanzania», in *Primates*, 30/1 (1989), pp. 51-63.

<sup>2</sup> D. SANTOS-FITA e COSTA-NETO, «As interações entre os seres humanos e os animais: a contribuição da etnozootologia», in *Rev. Biotemas*, 20 (4) (2007), pp. 99-110.

aprendeu a reconhecer plantas capazes de cicatrizar feridas, curar doenças e aliviar a dor, mas também – faculdade essencial e igualmente importante – a distinguir essas plantas daquelas que podiam lhe ser nocivas.

São esses conhecimentos empíricos, incorporados no herbalismo e transmitidos de geração em geração, que caracterizam as práticas médicas chamadas primitivas<sup>3</sup>.

Como foi dito acima, o uso de plantas pelos animais para mitigar distúrbios do seu bem-estar perde-se nas penumbras da evolução dos mamíferos. Com a ascensão do gênero na escala da *evolução biológica e cultural*, *Homo* adquiriu habilidades e técnicas cada vez mais sofisticadas para combater a doença. Assim, *H. sapiens* soube desenvolver sucessivas práticas analgêgicas e curativas: – primitivas, mágicas, herbalistas; em tempos históricos, a medicina; e, já em tempos modernos, a fitoterapia<sup>4</sup>. Em todas elas, as plantas tiveram papel essencial. Uma linha ininterrupta, desde a pré-história até, de fato, o século XIX, traça o predomínio do herbalismo, isto é, o uso de plantas como meio de cura ou prevenção de doenças, tanto na medicina popular quanto na erudita. A sua prática, influenciada por fatores ambientais e culturais, variava apenas regionalmente; o seu valor absoluto era incontestável em todo o mundo<sup>5</sup>. Em seu estudo sobre a peste na Europa medieval, Lewinsohn<sup>6</sup> destaca a importância do herbalismo na medicina popular, medieval e renascentista.

*«Como seria de esperar, o caráter [da] mistura de culturas, crenças e experiências médicas que compuseram a medicina popular, foi diferente em vários países da Europa; sem embargo, as semelhanças foram maiores do que as diferenças regionais. Todos tiveram em comum tradições de práticas antigas, pré-cristãs, e – um dos fatores principais – a vegetação regional. Ao usar as plantas locais, o herbalismo da região estaria obviamente sob influência de peculiaridades de seu clima, solo, e assim por diante, que lhe emprestaria o seu caráter típico local. Ao mesmo tempo, o caráter universal do conhecimento das ervas tornou o herbalismo um dos elementos principais não apenas da medicina popular, mas também das práticas médicas eruditas... Estas, desde o princípio, tinham incorporado herbalismo, tanto na teoria quanto na prática, representado pelo seu maior expoente, Dioscorides (50 a.C.)».*

Um importante corolário destas considerações é que, até os tempos modernos, a assistência médica prestada pelo(a) praticante dependia estrita-

<sup>3</sup> V. SCHUTZ; R. HANSEL; V. E. TYLER, *Fitoterapia Racional*, São Paulo, Editora Manole, 4.<sup>a</sup> edição, 2002, pp. 1-2.

<sup>4</sup> «Uso de plantas e ervas para tratar doenças ou aliviar dores. (Ver: Nota de Indexação: ...PREPARAÇÕES DE PLANTAS ou seus específicos/ terapêutico...)» DeCS... <http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decssserver/>

<sup>5</sup> R. TOELLNER, *Illustrierte Geschichte der Medizin*, Salzburg, Andreas & Andreas Verlagsbuchhandel, 1990, vol. I, pp. 457-506.

<sup>6</sup> R. LEWINSOHN, *Três Epidemias. Lições do Passado*, Campinas, Editora Unicamp, 2003, pp. 81-85.

mente da sua intimidade com as plantas medicinais que lhe eram familiares e acessíveis, quer as nativas da região onde ele (ou ela) vivia e trabalhava, quer aquelas que eram trazidas de lugares próximos ou distantes.

Foi este o pano de fundo da medicina praticada pelos exploradores portugueses que em 1500 d.C., procuraram um novo caminho para as Índias, e, por assim dizer quase acidentalmente<sup>7</sup>, descobriram o Brasil.

Como todos os povos nativos dos trópicos, os brasilíndios souberam beneficiar-se da enorme diversidade da flora e fauna das suas terras. Os seus vastos conhecimentos da vida vegetal oriundos da sua familiaridade com as plantas capacitaram-nos a utilizar-se daquelas que possuíam propriedades medicinais. Impossível estimar quantas conseguiram sobreviver até os nossos dias: inúmeras plantas desapareceram, vitimadas por sucessivas devastações – verdadeiras atrocidades cometidas contra a natureza desde os tempos mais remotos do período colonial. Não obstante, muitas drogas em uso corriqueiro na vasta e diversificada farmacopéia atual são originárias de plantas nativas brasileiras.

No presente artigo objetivamos demonstrar as práticas médicas híbridas que evoluíram nos dois primeiros séculos após a chegada dos portugueses ao Novo Mundo, e como os conhecimentos dos povos indígenas a respeito do uso medicinal da flora chegaram até nós. Fatos de fundamental importância, pois a «sabedoria das selvas» acabou por tornar-se proveitosa para toda a humanidade e faz do Brasil, ainda hoje, uma importante fonte de recursos naturais<sup>8,9</sup>.

### **A Farmacopéia Indígena Brasileira – Os Primeiros Relatos e Usos**

Desde a sua chegada ao Novo Mundo, os europeus demonstraram intenso interesse no uso medicinal das plantas nativas do Brasil, interesse que foi decorrência natural das circunstâncias inerentes à vida na nova terra, nos dois primeiros séculos da colonização. Os colonizadores encontravam-se em meio a uma natureza incrivelmente rica e diversa, ao mesmo tempo que aterrorizante, pois desconheciam a sua flora e fauna. Por outro lado, não tinham acesso à farmacopéia do seu país de origem, cujas drogas, vindas de além-mar, além de muito caras, apodreciam nas condições climáticas dos trópicos. Carecendo de assistência médica efetiva, e vivendo em ambiente que lhes era estranho e hostil, não tardaram a perceber que o aprendizado do uso das plantas nativas redundaria em nada mais nada menos que a sua sobrevivência.

---

<sup>7</sup> Não existe unanimidade sobre este ponto, bastante controvertido na historiografia.

<sup>8</sup> M. V. H. BRITO; R. B. P. SIQUEIRA; M. T. SANTOS; R. A. CARVALHO, «Revisão Crítica do Uso da Sacaca (*Cróton cajucara*, BENTH) como fitoterápico», in *Rev. Para. Med.* 15(2) (2001), pp. 10-17.

<sup>9</sup> O. R. GOTTLIEB, MACKAPLAN, «A Importância dos Produtos Naturais para o Homem», João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, in *Anais 2.º Simpósio Nacional de Farmacologia dos Produtos Naturais* (1983), pp. 167-173.

Não por acaso, já nas crônicas mais antigas constam numerosas citações de vegetais que teriam ação antidotal para envenenamentos, ocorrência freqüente em meio às matas. Os mais variados autores – alguns de passagem (os famosos *viajantes*); outros, religiosos e laicos, que, abdicando de sua terra natal, estabeleceram-se no Brasil; aventureiros, comerciantes – souberam transmitir os conhecimentos que lhes vieram dos indígenas, e serviram como meio de perpetuação para tais informações.

Entre os testemunhos dos viajantes e cronistas, todos de indiscutível importância, merecem destaque especial as crônicas dos jesuítas. Nos jardins e hortas dos mosteiros da Europa medieval era praxe plantarem-se ervas medicinais e culinárias, além das obrigatórias hortaliças e frutas nos pomares. Alguns conventos e mosteiros já ostentavam herbários, onde eram estudadas e manipuladas as drogas que seriam prescritas por monges, boticários, médicos e cirurgiões, tanto aos seus pacientes ricos quanto à população carente de auxílio. Na Colônia, todavia, quase não existiam profissionais formados por escolas de medicina ou universidades, motivo por que a responsabilidade pelos cuidados dos doentes recaiu em grande parte sobre os clérigos, principalmente os da Companhia de Jesus.

Os primeiros jesuítas vieram ao Brasil em 1549, juntamente com Tomé de Souza, o primeiro governador-geral enviado pela Coroa Portuguesa a fim de consolidar o domínio português no litoral e afastar o perigo de invasões estrangeiras. Amados por uns, odiados por outros, os jesuítas vincularam suas funções ao serviço do Papa e dos estados católicos de Portugal e Espanha, assumindo a responsabilidade pela cristianização de suas colônias. Criaram aldeamentos e missões onde catequizavam nativos provenientes de diferentes povoados, voluntários ou capturados muitas vezes por métodos controversos que habilmente exploravam o encantamento indígena com os cultos da igreja católica<sup>10,11</sup>. Além de mestres, fazendeiros e carpinteiros, os jesuítas foram, por necessidade, médicos de almas e corpos – era assim que se referiam a si mesmos, em sua missão junto aos índios<sup>12</sup>:

*«Porque não somente os curam nas almas como pastores, pregando-lhes a doutrina duas vezes no dia, confessando-os e administrando-lhes os sacramentos, enterrando os que morrem, ajudando-os a bem morrer, mas os padres governam*

<sup>10</sup> T. LONDOÑO, «Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI», in *Rev. Bras. Hist.* 22 (2002), pp. 11-32.

<sup>11</sup> J. LACOUTURE, *Os Jesuítas, 1. A Conquista*, Lisboa, Referência/Editorial Estampa, 1993, pp. 53-93. F.

<sup>12</sup> F. GUERREIRO, *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões do Japão, China, Tidore, Ternate, Ambóino, Malaca, Pegu, Bengala, Maduré, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travancor, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Lahor, Diu, Etiópia a alta ou Preste João, Monomotapa, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil nos anos de 1600 a 1609 e do processo da conversão e cristandade daquelas partes: tiradas das cartas que os missionários de lá escreveram*, Tomo I (sobre o Brasil) 1600 a 1603, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, pp. 373 -375.

*ainda no temporal e lhes dão ordem de como hão de negociar suas roças e lavouras e remédio de vida e quando estão doentes, os padres são os seus médicos e enfermeiros e enfim se hão com eles como pais com filhos e tutores com pupilos...»*

Não obstante os ares do Brasil serem considerados sadios e benéficos aos doentes da Europa, os jesuítas cedo descobriram que os índios eram propensos e particularmente sensíveis a uma grande sorte de males. Atribuíam-nos a «maus humores», de acordo com as teorias galênicas vigentes; e, cômicos de suas responsabilidades de dispensar cuidados médicos ao seu rebanho, criaram enfermarias e casas isoladas em todos os aldeamentos<sup>13</sup>. Nestas atividades, um problema relevante, que gerou debates acalorados, foi a questão de quem praticaria a sangria (procedimento terapêutico universal na época), já que religiosos eram moralmente impedidos de derramar sangue. A embaraçosa situação teve de ser contornada pelo próprio fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, que acabou consentindo na realização da prática pelos membros da ordem<sup>14</sup>.

Outro problema básico referia-se aos medicamentos ao alcance das enfermarias. Os jesuítas estavam desprovidos no Novo Mundo dos medicamentos que lhes eram familiares e, por necessidade irrefreável, rapidamente absorveram os conhecimentos nativos. Por isso, criaram boticas que conservavam *Coleções de Receitas*, manuscritos onde eram copiadas as fórmulas terapêuticas mais indicadas e as de melhores resultados<sup>15</sup>. Alguns medicamentos foram desenvolvidos nas próprias boticas dos Colégios Jesuítas em terras brasileiras. Assim, a «pedra infernal» (nitrato de prata) foi um produto do Colégio da Bahia indicado para «*exterminar verrugas, consumir carnes supérfluas e calosas nas úlceras e para outros semelhantes efeitos...*»<sup>16</sup>. Um composto preparado por esse Colégio, cujos componentes também incluíam plantas nativas, foi a *triaga (ou teriaga) brasileira* que, usado para diversos males, alcançou grande reputação na Europa<sup>17,18</sup>.

### Plantas que curam

Embora o conteúdo de seus relatos difira em certas particularidades, viajantes e cronistas da época são unânimes em sua admiração pelos vege-

<sup>13</sup> D. B. CALAINHO, «Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial», *Tempo* 10 (2005), pp. 61-75.

<sup>14</sup> H. VIANNA, «Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)», in E. C. D. FLECK, «A Morte no Centro da Vida: Reflexões sobre a Cura e a não Cura nas Reduções Jesuítico-Guaranis (1609-75)», *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos* 11 (2004), pp. 635-660.

<sup>15</sup> L. SANTOS FILHO, *História Geral da Medicina Brasileira*, São Paulo: HUCITEC/ Ed. Universidade de São Paulo, 1977, pp. 117-131.

<sup>16</sup> D. B. CALAINHO, «Jesuítas...» cit., pp. 61-75.

<sup>17</sup> M. M. RIBEIRO, *A Ciência dos Trópicos: a Arte Médica no Brasil do século XVIII*, São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, pp. 54-85.

<sup>18</sup> D. C. FARINA, *Medicina no Planalto de Piratininga*, São Paulo, Soc. Impressora Pannartz Ltda., 1981, pp. 13-40.

tais usados na colônia para fins medicinais. Apenas alguns podem ser mencionados aqui, e nem sempre as indicações terapêuticas das plantas mantiveram-se inalteradas ao longo do tempo. Dois conhecidos exemplos são o guaraná (*Paullinia cupana* Kunth), originalmente prescrito para combate às disenterias, e o maracujá (*Passiflora spp.*) para febre.

Jean de Léry, missionário calvinista que conviveu com os tupinambás, em 1563 descreveu o uso do hiyuaré (Hinuraé) – possivelmente *Pradosia glycyphloea* (Casar.) – empregado pelos indígenas contra o *piã* (*pian*), também denominado bouba. A doença, então endêmica, era frequentemente confundida com a lues; hoje não é mais encontrada no Brasil. Léry também menciona o petyn, posteriormente identificado como tabaco (*Nicotiana tabacum* e outras da família das solanáceas), que permitia, segundo ele, mitigar a fome em períodos de guerra e escassez alimentar, além de – ecoando a medicina galênica – «destilar os humores... do cérebro»<sup>19</sup>:

«Em vista das virtudes que lhes são atribuídas goza essa erva de grande estima entre os selvagens; colhem-na e a preparam em pequenas porções que secam em casa. Tomam depois quatro ou cinco folhas que enrolam em uma palma como se fosse um cartucho de especiaria; chegam ao fogo a ponta mais fina, acendem e põem a outra na boca para tirar a fumaça que a pesar de solta de novo pelas ventas e pela boca os sustenta a ponto de passarem três a quatro dias sem se alimentar, principalmente na guerra ou quando a necessidade os obriga à abstinência. Mas os selvagens também usam o petyn para destilar os humores supérfluos do cérebro, razão pela qual nunca se encontram sem o respectivo cartucho pendurado no pescoço. Enquanto conversam costumam sorver a fumaça, soltando-a pelas ventas e lábios como já disse, o que lembra um turíbulo. O cheiro não é desagradável. Não vi porém mulheres usá-la e não sei qual seja a razão disso mas direi que experimentei a fumaça do petyn e verifiquei que ela sacia e mitiga a fome.»

Uma parasitose comumente encontrada nos primeiros anos de colonização, cujo efeito deletério foi testemunhado pela maioria dos cronistas, era o «bicho de pé» (tungíase). Além de tentar extraí-lo por meio de estilete, os indígenas untavam a lesão com o óleo de uma fruta identificada pelos franceses como hibourouhu (*Myristica L.*). Thevet, monge franciscano que permaneceu em terras brasileiras entre 1555 e 1556, em seu livro *Singularidades da França Antártica a que outros chamam de América* considerava este óleo próprio para a cura de feridas e úlceras, provando ele mesmo sua ação terapêutica<sup>20</sup>.

Pero de Magalhães Gândavo, na bela obra publicada em 1567, *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, foi o primeiro a descrever o óleo de copaíba (*Copaifera sp.*) como analgésico e cicatrizante

<sup>19</sup> J. LÉRY, *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1985, pp. 178-179.

<sup>20</sup> A. THEVET, *Singularidades da França Antártica a que outros chamam de América*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, pp. 283-4.



eficaz<sup>21</sup>. O seu sucesso terapêutico correu mundo e chegou a ser, durante o século XVII, ao lado do cravo, anil e tabaco, um dos principais produtos de exportação das províncias do Grão Pará e Maranhão<sup>22</sup>.

No admirável *Tratado Descritivo do Brasil de 1587*, Gabriel Soares de Souza, senhor de engenho da Bahia, recomendava terapêuticas aprendidas com os indígenas: carimã (farinha de mandioca seca), misturada à água, como antídoto de envenenamentos e vermífugo; milho (*Zea mays* L.) cozido, para tratar doentes com boubas; sumo do caju (*Anacardium occidentale* L.) pela manhã, em jejum, para a «conservação do estômago» e higiene da boca; emplastos de almácea (*Protium heptaphyllum* March.; *P. brasiliense* (Spreng.) Engl.), muitas variantes e subespécies; várias outras espécies) para «soldar carne quebrada»; amêndoas de pino (figueira do inferno – *Datura stramonium* L.) para purgas, cólicas; arazá (*Psidium cattleianum* Sabine e várias da família das mirtáceas) para «doentes de câmaras» (diarréia); tinta de jenipapo (*Genipa americana* L.) para secar boubas; jaborandi (*Pilocarpus jaborandi* H.) para feridas na boca; cajá (*Spondias lutea* L.) para febre e camará (*Lantana spinosa* L. ex Le Cointe) para sarna. Mencionando novamente as folhas de tabaco, também denominada *erva santa*, aconselhava seu uso para combater a asma e afirmava sucesso para a cura do «mal do sêxo» ou maculo, parasitose intestinal originária da África, causadora de uma reto-colite necrosante, que vitimava índios e colonizadores<sup>23</sup>.

Frei Vicente do Salvador, em sua obra *História do Brasil. 1500-1627*, fez ampla descrição da vegetação brasileira. Conservando algumas vezes o seu nome indígena e rebatizando outras em português, indicava o uso de algumas plantas destacando, por exemplo, o poder terapêutico e cicatrizante da cabreúva (*Myrocarpus frondosus* Allemão, da família das leguminosas, subfam. papilionoídea), e das folhas da jurubeba (*Solanum paniculatum* L.). Mencionava ainda, entre outras, a erva fedegosa (feiticeira – *Cassia occidentalis* L. e outras), a salsaparrilha (*Smilax* spp.), o andaz (*Joannesia princeps* Vell. e outras euforbiáceas), como úteis no combate a uma grande variedade de doenças. Entusiasmado, acrescentava: «... não há enfermidade contra a qual não haja ervas em esta terra, nem os índios naturais dela têm outra botica ou usam de outras medicinas»<sup>24</sup>.

Obra iconográfica de grande abrangência, datada entre 1625 e 1631, é atribuída ao padre franciscano Christovão de Lisboa, que mereceria muito mais atenção do que tem recebido pela historiografia dedicada ao assunto.

<sup>21</sup> P. M. GÂNDALO, *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos de Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 85-86.

<sup>22</sup> L. F. ALENCASTRO, *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 140.

<sup>23</sup> G. S. SOUZA, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 2001, pp. 155-9.

<sup>24</sup> Frei V. SALVADOR, *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1918, pp. 35-68.



Intitulado «*História dos Animais e Árvores do Maranhão. Pelo Muito Reverendo Padre Fr. Christovão de Lisboa, Calificador do Santo Officio e Fundador da Custódia do Maranhão da Recolecção de Santo Antonio de Lisboa*», este manuscrito pré-científico é considerado pioneiro da informação portuguesa, quiçá comparável em importância à obra de Piso e Marggraf. Descreve, além de peixes, aves e outros animais, 55 espécies de plantas, caprichosamente desenhadas, identificadas com a designação indígena e acompanhadas de texto descritivo do autor<sup>25</sup>.

### Piso, Nassau, e a Ipecacuanha

Entretanto, o fitoterápico que mais interessou os europeus foi, indubitavelmente, a ipecacuanha (*Psychotria emetica* L.f., *Cephaelis ipecacuanha* [Brot.] A.Rich., e outras spp.), usada como purgativo e antídoto para qualquer veneno. Sua indicação medicamentosa nativa é inerente à própria lenda transmitida por inúmeras gerações de índios aos seus descendentes, e exemplifica como uma atenta observação da natureza era capaz de fornecer informações imprescindíveis aos que cuidavam da saúde tribal.

Contavam os anciões que a natureza emética da planta havia lhes sido ensinada pela *irara*, animal que tinha por hábito alimentar-se das raízes e folhas da ipecacuanha, sempre que tivesse bebido água malsã de um pântano, ou alguma água impura. Deste modo, tomaram para si a lição que o animal lhes dera, passando a fazer uso da benfazeja planta sempre que necessário.

A ipecacuanha foi uma das primeiras plantas a ser submetida a uma pesquisa científica. Apesar de não ter sido o primeiro autor a descrevê-la, coube a Willem Pies (Guglielmo [Guilherme] Piso), a elaboração de dados mais completos a respeito da prodigiosa planta. Sua obra «*História Naturalis Brasiliae*» (1648), tratado de patologia e terapêutica, é um marco nas investigações médicas do Brasil. Com informações colhidas junto à população local, Piso nos dá uma descrição minuciosa da ipecacuanha, o seu modo de preparo e efeitos. O próprio autor chegou a testá-la em soldados holandeses sob seus cuidados, e não lhe poupa elogios:

«Finalmente a ordem nos conduz a estas decantadas e salutareis raízes que, além de purgativas e eméticas, são exímios antídotos. Nem creio que nestas paragens se encontre facilmente melhor remédio contra as muitas doenças originadas de uma longa obstrução, sobretudo na cura dos fluxos do ventre.

Há duas espécies. Nenhuma delas foi descrita por ninguém, nem as suas propriedades exímias trazidas à luz, que eu saiba. Ambas servem para o mesmo uso, mas diferem nos graus das faculdades, no aspecto, no habitat... o caule se ergue com muitas folhas lanuginosas...; chamada pelos lusitanos, para se dife-

---

<sup>25</sup> A. M. M. BELLUZZO, «Expedições pelo Brasil», in *O Brasil dos Viajantes*, vol. 2, parte 2, São Paulo: Metalivros, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, pp. 44-5.

rençar, *Ipecacuanha Blanca*, a qual, como transtorna menos o corpo e resiste energicamente aos venenos, é dada às crianças e gestantes.

A outra... é do comprimento de meio côvado, ornada de folhas em grupos de três ou cinco. Gosta dos lugares sombreado, e só se encontra nas densas florestas... Tem a raiz tênue,... de sabor...amargo, quente e acre. Seca, conserva-se por muitos anos; não perde facilmente as virtudes antidotais, sudoríferas, mas sim as vomitivas... Tem a propriedade de absterger, desobstruir os meatos e os infartos.

Seu uso é cotidiano; preferem-nas diluídas porque, com a maceração de uma noite ao sereno ou a cocção em água, comunica abundantemente sua virtude.

médica aos licores. Depois, a raiz morta, conservada e ainda preparada do mesmo modo, é aplicada para o mesmo uso; é então menos eficaz como purgativo ou vomitivo, porém é mais adstringente. De sorte que esta raiz não somente expulsa a matéria morbífica, embora tenacíssima, da parte atacada, e a expele pelos órgãos superiores, mas também, adstringindo, restitui o vigor das vísceras... Por isso é guardada religiosamente pelos brasileiros que, por primeiro, nos revelaram as suas virtudes.»<sup>26</sup> (grifo nosso).

Piso foi sem dúvida um dos principais autores responsáveis pela adoção entusiasta e o conseqüente uso corriqueiro da ipecacuanha pelos europeus. Considerando sua extraordinária importância histórica, julgamos oportuno ressaltar, ainda que de forma sucinta, aquele período no século XVII, considerado com justeza «um parêntese luminoso» na história brasileira<sup>27</sup> e a atuação do seu protagonista principal, João Maurício de Nassau-Siegen (n. Dillenburg, Alemanha, 1604; f. Kleve, 1679). Indicado pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) para atuar como governador das possessões holandesas no Brasil entre 1637 e 1644, Nassau faria jus a um comentário mais extenso do que permite este espaço limitado. Um dos frutos mais notáveis da sua genial visão foi a «*Historia Naturalis Brasiliae*», produzida sob sua égide, cuja segunda edição, publicada em 1657,<sup>28</sup> permaneceu o trabalho mais importante do gênero até o século XIX<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957, pp. 482-3.

<sup>27</sup> F. Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Melhoramentos, 1964, p. 369.

<sup>28</sup> Publicada às pressas em 1648, a *Historia Naturalis Brasiliae* deixou Piso insatisfeito e determinado a preparar uma nova edição. As passagens citadas sobre ipecacuanha constam dessa segunda edição, publicada em 1657 sob o título *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Ela contém uma versão revista e corrigida da matéria médica (doenças, tratamentos) da edição original, sendo a parte relativa à história natural ampliada e inteiramente reescrita, enquanto a zoologia ocupa espaço muito maior do que na primeira edição. Marggraf, que contribuíra a maior parte da história natural à primeira edição, morreu na Angola em 1644, antes de poder organizar o seu material. Algumas das suas anotações, em código, foram decifradas por Jacobus Gollius, professor da Universidade de Leyden, e incorporadas à *História Natural e Médica* (publicação sob supervisão de Johannes de Laet). Inevitavelmente, Piso foi acusado de plágio; contudo, em um ensaio franco e simpático, logrou demonstrar que as alegações eram infundadas. (José H. Rodrigues, Esboço biobibliográfico. Prefácio, *História Natural e Médica*... 1657).

<sup>29</sup> J. H. RODRIGUES, «Escorço Biobibliográfico», in G. Piso (1957), *História Natural*... cit., pp. XVIII-XIX.

Nassau cercou-se de artistas famosos, homens de letras, humanistas e naturalistas – foi patrono de Piso e dos pintores Eckhout e Post, entre outros. Administrador e comandante militar competente, ampliou as possesões da WIC no Brasil. Entre inúmeras realizações, introduziu melhoras importantes na cultura de fumo e cana-de-açúcar, bem como na extração «do ouro doce», que foi monopólio da WIC. Nos oito breves anos de sua atuação, transformou o Recife, antes uma vila insignificante de pesca, no espaço urbano sul-americano mais importante do século XVII. Chamada de «cidade Maurícia», durante sua gestão no Brasil, ela foi dotada de ruas pavimentadas, canais, pontes, edifícios públicos esplêndidos, um museu natural, jardins botânicos e zoológicos, sistemas de drenagem e coleção de lixo, uma brigada de incêndio e até um projeto habitacional de molde social. No observatório astronômico de Recife, o primeiro no Novo Mundo, o alemão Georg Marggraf (também: Markgraf, Marcgraf) (1610-1644), matemático, médico, astrônomo, naturalista e co-autor da já mencionada *Historia Naturalis Brasiliae*, produziu a sua famosa descrição do eclipse solar de 1640<sup>30</sup>.

De 1638 em diante, Piso viajou por todo o Nordeste do país, colecionou plantas e animais, e instruiu-se com os índios sobre suas doenças e medicina. Descreveu o sassafrás (*Aniba panurensis*, *A. amazonica*), salsaparrilha (*Smilax* spp.), pau-santo (*Guaiacum officinale*), a árvore de tamarindo (*Tamarindus indica*), petume (tabaco), taioba (*Colocasia esculenta*) e outras. Dentre as observações atribuídas a ele, segundo seus biógrafos, consta a observação de que o veneno das cobras é injetado pelos dentes; e foi ele quem realizou as primeiras necrópsias no Brasil. Piso e Marggraf, ambos médicos e naturalistas, não só descreveram os usos, propriedades medicinais e culinárias, e a maneira de preparação das plantas, mas de fato as empregaram para tratar os soldados holandeses sob as suas ordens. Assim, a *Historia Naturalis Brasiliae*, tanto quanto a *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, são muito mais que descrições naturalistas do nordeste do Brasil do século XVII: são também, e sobretudo, compêndios inestimáveis da patologia e terapêutica da região daquele período.

Em Pernambuco do século XVII, instalou-se o primeiro herbário brasileiro de que se tem notícia. No campo das artes, a pintura, registrando as diferentes características físicas das plantas nativas, foi subsídio essencial para a sua caracterização. No *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, atribuído a Marggraf, a natureza é exposta de maneira ordenada, contendo muitas ilustrações de grande beleza, ícones animais e vegetais, acompanhados de estudos comparativos em obras atribuídas ao próprio Piso assim como a Eckhout e Post<sup>31</sup>. Infelizmente, tais estudos permaneceram desconhecidos por séculos, e não influenciaram as práticas médicas exercidas

<sup>30</sup> E. C. MELLO, «Os Holandeses no Brasil», in HERKENHOFF (org.), *O Brasil e os Holandeses*, Rio de Janeiro, GMT Editores Ltda, pp. 20-41.

<sup>31</sup> A. M. M. BELLUZZO, «A Construção dos Sentidos», in *O Brasil dos Viajantes*, 3.<sup>a</sup> edição, Vvol. 1, parte 3, São Paulo: Metalivros, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, pp. 88-140.

tanto na Metrópole quanto na Colônia – editados em países protestantes, a circulação destas obras eram proibidas em estados sob o braço de ferro Inquisição. Outro motivo dessa lacuna foi, sem dúvida, a pirataria biológica de viajantes que se apossaram das plantas e publicaram (em suas línguas) os conhecimentos adquiridos de índios e de naturalistas radicados e/ou atuantes na colônia, muitas vezes sem mencionar a origem de seus dados. Contudo, para Portugal também não era vantajoso divulgar os virtuais benefícios proporcionados por sua colônia, por temer invasões de outros estados europeus<sup>32</sup> (29). Adentrando o século XVIII, assuntos relacionados ao Brasil eram tratados como segredos de estado e mesmo publicações portuguesas que continham informações consideradas vitais, eram retiradas de circulação. Um exemplo notório foi *Cultura e Opulência do Brasil*, de frei André João Antonil (nome adotado por Giovanni Antonio Andreoni, reitor do Colégio da Bahia e Provincial do Brasil entre 1705 e 1709); publicada originalmente em 1711, a obra foi retirada de circulação e apenas reeditada no Rio de Janeiro em 1837.

À medida que a colonização européia se tornava mais presente, avultou-se o cultivo de plantas medicinais. As primeiras levas foram provavelmente trazidas pela frota de Martim Afonso de Souza, já em 1532. Suas embarcações estavam repletas de ferramentas agrícolas, animais e plantas<sup>33</sup>. Há registros de que até roseiras traziam a bordo, e se jardins eram considerados importantes, ervas medicinais certamente faziam parte essencial de sua carga. Hortelã (*Mentha* sp), endro (*Anethum graveolens*), coentro (*Coriandrum sativum*), funcho (*Foeniculum vulgare* Mill), segurelha (*Satureja montana* L.), alfavaca (*Ocimum basilicum* L.), gengibre (*Zingiber officinale* Roscoe) e outras, provenientes de várias regiões do mundo, tiveram boa adaptação ao clima brasileiro desde os primeiros anos da colonização. As plantas nativas, entretanto, não perderam a sua importância, e jamais deixaram de formar parte integrante da terapêutica híbrida utilizada pelos colonos.

### Os Remédios de Paulistas

Durante muito tempo, os habitantes do litoral puderam contar com a assistência ocasional de médicos ou boticários, eventuais tripulantes de alguma embarcação ancorada em seu porto. Nas áreas rurais, porém, onde as vilas e cidades eram poucas e as distâncias a vencer enormes, a arte de curar estava entregue a leigos, com conhecimentos empíricos, que se utilizavam de tudo ao seu alcance: manuais oriundos de Portugal; medicamentos perpetuados pela tradição oral... A população, desde escravos a senhores de

<sup>32</sup> A. D. E. TAUNAY, «Estudo Biobibliográfico», in A. J. ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 3.<sup>a</sup> edição, Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1988, pp. 1-10.

<sup>33</sup> A. CUNHA, *Sertões e Fronteiras no Brasil. Notícia da Época Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1945, pp. 80-106.

engenho, estava sujeita a doenças as mais diversas, e lançava mão de todas as práticas de cura conhecidas na época. Oriundos da cultura popular europeia, da sabedoria de pajés brasilíndios e escravos africanos, das formulações compiladas ou desenvolvidas pelos jesuítas, os remédios utilizados eram resultantes da miscigenação das diferentes culturas presentes no Brasil. Dentre esta farmacopéia variegada, destacavam-se os *remédios de paulistas*, assim chamados por terem sido difundidos e transmitidos pelos bandeirantes<sup>34, 35</sup>.

Longe da imagem pitoresca que nos lega a tradição, os bandeirantes eram homens extremamente rudes, violentos, qualidades talvez imprescindíveis para aqueles que se propunham a embrenhar-se nas matas, enfrentando o desconhecido. Não iam sozinhos. Acompanhavam-nos em suas jornadas, índios de tribos amigas ou escravizadas, servindo como remadores, cozinheiros, guias ou ainda para garantir a segurança do grupo. A proximidade da convivência nestas longas viagens certamente influenciou hábitos e costumes, num intercâmbio cultural bidirecional. Seu reflexo é percebido nas condutas terapêuticas dos séculos XVI e XVII, difundidas e incorporadas por brasileiros nos rincões mais distantes, à medida que os paulistas avançavam sertão adentro.

Na bagagem dos bandeirantes, sujeitos a febres, disenterias e inúmeras outras afecções decorrentes do enfrentamento das matas, estavam incluídos instrumentos e apetrechos usados no tratamento das enfermidades a que estavam expostos. Sangrias e cauterizações de feridas eram realizadas por eles mesmos, em pleno sertão. Era imprescindível o uso de plantas medicinais encontradas no meio da floresta, às quais, eventualmente, eram adicionados excrementos humanos. A urina, por exemplo, era misturada ao fumo para tratar ferimentos de origens diversas. A pólvora aumentava em importância à medida que era utilizada no combate a várias afecções, sobretudo o *mal do bicho* (provavelmente, o maculo). O maior prestígio entre os remédios para essa moléstia cabia ao terrível saca-trapo, cujos ingredientes incluíam a pólvora, aguardente de cana, pimenta da terra, fumo e eventualmente suco de limão<sup>36</sup>.

Nos *remédios de paulistas* figuravam ainda práticas como o uso da aguardente com sal para mordeduras de cobra; e o caldo de fumo, juntamente com a unção da pele com bolas de cera, utilizados contra as picadas de mosquitos, pernilongos e borrachudos, abundantes em muitas das regiões exploradas. As ervas cayapiá ou trigueirinho terrestre (*Dorstenia brasiliensis*, e outras espécies), assim como salsaparrilha (*Smilax* sp.) eram consideradas poderosas no combate à febre. Como preventivos de diversas afecções, inge-

<sup>34</sup> S. B. HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 77.

<sup>35</sup> F. A. NOVAIS; L. Mello e SOUZA, *História da Vida Privada no Brasil. I. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 42-81.

<sup>36</sup> A. F. BRANDÃO, *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Disponível em [http://www.cchla.ufpb.br/pergaminho/1618\\_dialogos\\_-\\_brandao.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/pergaminho/1618_dialogos_-_brandao.pdf), pp. 31-33. Acesso em 21/04/2009.

ria-se a malagueta (*Capsicum frutescens* e outras da família das solanáceas) e o gengibre (*Zingiber officinale* R.). De grande apreço era o produto proveniente da raspagem de esporões da *anhuma*, tido como antídoto eficaz contra muitos tóxicos, ao passo que o corno frontal que este pássaro ostentava na cabeça (à semelhança do fabuloso unicórnio da mitologia medieval) era considerado amuleto precioso. Rezas e benzimentos eram parte integrante de toda e qualquer terapêutica empregada<sup>37</sup>. A real importância destas práticas médicas foi estabelecida por Von Martius, naturalista que percorreu o Brasil no século XIX. Ele atribuiu aos bandeirantes o mérito da utilização e da difusão das plantas curativas brasileiras tanto quanto do descobrimento das minas de ouro<sup>38</sup>.

### Comentário

Muitas substâncias aberrantes incluídas nos *remédios de paulistas* podem, à primeira vista, causar repulsa àqueles leitores pouco familiares com práticas médicas antigas. Contudo, longe de ser exceção, a prescrição aos doentes de elementos hoje considerados estranhos e até repugnantes, era comum na Antiguidade (Suméria, Assíria e Egito, por exemplo, e, em grau menor, Grécia e Roma) e por toda a «civilizada» Europa durante a Idade Média e o Renascimento, até mesmo a época moderna.<sup>39</sup> São conhecidas formulações da época que continham substâncias tão diversas quanto vegetais, minerais, animais (tecidos, órgãos, ou animais inteiros, triturados, carbonizados, etc.), fezes e urina (de origem humana ou animal); poucas ou muitas delas eram incluídas em uma só receita. Era a chamada *Dreckapotheke* (alemão: farmácia de excrementos).<sup>40</sup> Em contrapartida, os indígenas geralmente rejeitavam o uso de dejetos, sobretudo fezes, para tal propósito.

Nos séculos XVI e XVII, não obstante a *Primeira Revolução Científica* (c.1550-1700 d.C.), a medicina teria ainda um longo caminho a percorrer para encontrar soluções eficazes para o tratamento de seus doentes, baseadas em conceitos científicos (na acepção moderna do termo). Como ressalta Lewinsohn<sup>41</sup>:

«...não havia na época [medieval] nenhum médico, nenhuma medicina, que pudesse transpor a barreira da ignorância do processo infeccioso... [razão por que era] impossível o verdadeiro progresso da ciência médica. Na ausência de

<sup>37</sup> S. B. HOLANDA, *Caminhos...* cit., p. 77.

<sup>38</sup> K. F. P. MARTIUS, *Sistema de Matéria Medica Vegetal Brasileira*, Rio de Janeiro, 1854, pp. 22-23.

<sup>39</sup> Descobrimos recentemente, em documentário da TV brasileira, que a ingestão de urina «para fins terapêuticos» é prática de uma «seita» contemporânea da chamada Medicina Alternativa!

<sup>40</sup> R. LEWINSOHN, *Três Epidemias...* cit., pp. 81-85.

<sup>41</sup> R. LEWINSOHN, «Medical Theories, Science, and the Practice of Medicine», in *Social Science and Medicine* 46(10), (1998), pp.1261-1270.



*conhecimentos cruciais sobre os processos fisiológicos da saúde e doença, sem falar de mecanismos patológicos e de conhecimentos farmacológicos específicos, o que reinava soberano era o caos da especulação.»*

Os poucos médicos que migraram para o Brasil eram, em sua maioria, formados em Portugal, que sequer havia implantado o ensino prático da anatomia, já aceito em universidades italianas e francesas. Contudo, como indicado acima, os médicos formados por estas escolas também não seriam mais eficazes em sua atuação. Inevitavelmente, o atraso da medicina europeia estendeu-se à colônia. No Novo Mundo como no Velho, as atividades dos médicos pouco se diferenciavam das dos curandeiros, cirurgiões, barbeiros, boticários e outros que exerciam o ofício de curar.<sup>42</sup> De qualquer forma, ainda que a medicina da época fosse mais adiantada e eficaz, o número ínfimo de médicos formados (inadequado mesmo na metrópole), teria sido insuficiente para atender um território de dimensões continentais.

O interesse nos *remédios de paulistas* está na constatação de uma verdadeira profusão medicamentosa durante os séculos XVI e XVII, um misto da medicina popular portuguesa e práticas ameríndias. Mais tarde, as plantas medicinais nativas, muitas vezes desprezadas pela medicina oficial, não seriam mais utilizadas como nos primeiros anos da colonização; porém jamais desapareceram. Inseridas nas farmacopéias coloniais, foram disfarçadas e algumas vezes renomeadas em português. A sabedoria dos pajés pode ter sido depreciada pela medicina «oficial», ou rotulada como «ignorância ameríndia»: a parte dessa medicina que sobreviveu, foi, e continua sendo, a prática viva popular. Muitos remédios populares, de uso diário no interior do Brasil contemporâneo, contêm plantas medicinais de herança indígena.<sup>43</sup> O uso de plantas medicinais em pleno século XXI não é um fato exclusivo brasileiro. Dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde mostram que pelo menos 80% da população mundial já fizeram uso de ervas medicinais para procurar a cura ou alívio de algum sintoma; 65 a 80% dos habitantes de países do terceiro mundo dependem delas como forma única de acesso a cuidados básicos de saúde.<sup>44</sup> Muitas dessas plantas perderam sua identidade ao serem transportadas e estudadas por cientistas de várias nacionalidades, ávidos por descobrir novos medicamentos. Marques,<sup>45</sup> assim resume o problema:

*«E os saberes sobre as plantas que curam se consolidariam como precursores das ciências farmacêuticas sob novas nomenclaturas e com outras nacionalidades.*

<sup>42</sup> V. R. B. MARQUES, *Natureza em Boiões. Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, pp. 262-284.

<sup>43</sup> M. R. L. BORRÁS, *Plantas da Amazônia: Medicinais ou Mágicas? Plantas Comercializadas no Mercado Municipal Adolpho Lisboa*, Manaus, Editora Valer, 2003, pp. 19-55.

<sup>44</sup> V. F. VEIGA JR; A. C. PINTO; M. A. M. MACIEL, «Plantas Medicinais: cura segura?», in *Química Nova* 28(3), (2005), pp. 519-528.

<sup>45</sup> V. R. B. MARQUES, *Natureza em Boiões...* cit., p. 283.



*Os saberes dos brasilíndios foram silenciados enquanto cientistas estrangeiros extraíam o princípio ativo das plantas brasílicas...»* (Ver acima, o comentário sobre pirataria biológica.)

Finalmente, merece destaque a tendência mundial da busca de plantas medicinais adequadamente estudadas, a fim de que, determinados e extraídos seus princípios ativos, possam ser comercializadas em larga escala pela indústria farmacêutica. É uma das manifestações – talvez a mais importante – da procura universal de uma alternativa para a «pílula» (o remédio químico, sintético, da farmácia) e a *medicalização* do homem moderno. Nesta busca farmacológica por uma fitoterapia racional, solidamente baseada na ciência moderna, a riqueza biológica inenarrável do Brasil tem garantido um dos papéis principais.